



1

Pinheiro
Amador
Amador

RELATÓRIO E CONTAS

DO

EXERCÍCIO DE 2023

CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DA AMADORA

(Aprovados em assembleia geral de 27 de Maio de 2024)

1. INTRODUÇÃO

Nos termos e para os efeitos previstos na alínea b) do artigo 27º. dos Estatutos do Centro de Bem Estar Social da Amadora, vimos apresentar o Relatório e Contas respeitantes ao exercício de 2023, procurando dar o máximo de informação, e salientando, de modo muito particular, os principais aspectos da instituição registados no exercício último.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF- ESNL) previstas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovadas pela legislação ali citada.

Assim,

2. ASSEMBLEIAS GERAIS

REUNIÕES E VIDA INTERNA

Em finais de Março de 2023 e de Novembro do mesmo ano tiveram lugar assembleias gerais para, respectivamente, discutir e votar o Relatório e Contas de 2022, e Orçamento e Programa de Acção para 2024, ambos aprovados por unanimidade.

Lugar tiveram também, no decurso do ano findo, as reuniões de direcção consideradas necessárias e possíveis, em ordem a assegurar a gestão corrente, definir estratégias e estabelecer as respectivas prioridades.

3. ATIVIDADES DA INSTITUIÇÃO

Os resultados alcançados decorrem do trabalho social desenvolvido ao nível da infância e da terceira idade, estatutariamente previsto, que se encontra plasmado:

- . Em Acordos de Cooperação – da infância e da terceira idade - celebrados com o ISS,I.P. ;
- . Em Protocolos – referentes à infância - celebrados com a Câmara Municipal da Amadora.

No que respeita às diversas actividades desenvolvidas e que assumem um papel da maior relevância social, destaca-se na:

INFÂNCIA

- Apoio social às famílias, traduzido em respostas adequadas às solicitações, em ordem a contribuir para o global desenvolvimento das crianças e sua sociabilização;
- Colaboração no fornecimentos de dados, quando solicitados, ao ISS,I.P., C.M.A., Instituto de Emprego e Formação Profissional, Comissão de Protecção de Menores e Jovens em Risco, e ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho;
- Desenvolvimento de actividades inerentes ao funcionamento de 1 CATL e 2 Creches ;
- Manutenção de tarefas correspondentes ao funcionamento dos Programa “ Aprender & Brincar” e Enriquecimento Curricular, decorrentes dos Protocolos celebrados com a Câmara Municipal da Amadora, e que se encontram implementados na Escola José Garcês, da cidade da Amadora
- Comemoração de dias festivos, tais como o dia da criança, e o Natal.

TERCEIRA IDADE

. No quadro do Apoio Domiciliário, desenvolveu um conjunto de actividades tendentes a atingir os seguintes objectivos:

- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e das famílias, quer física quer emocionalmente, em ordem a permitir que o utente necessitado de apoio domiciliário se mantenha em casa e /ou no seu meio familiar o mais tempo possível;
- Contribuir para retardar a institucionalização;
- Minimizar a dependência e promover a autonomia e a integração dos indivíduos;
- Assegurar apoio na satisfação das necessidades básicas e nas actividades da vida diária;
- Aliviar a rede familiar;
- Celebrar a festa de Natal e dia do idoso, ambas acompanhadas de lanche melhorado.

Com tal propósito, e tendo em conta as necessidades dos utentes, o Serviço de Apoio Domiciliário assegurou, conforme as suas necessidades, a prestação dos seguintes serviços:

- Cuidados de higiene pessoal e conforto;
- Manutenção da higiene habitacional;
- Tratamento de roupa;
- Compra de géneros alimentares ou outros;
- Fornecimento de refeição (almoço);
- Acompanhamento ao exterior para efeitos de consultas médicas;
- Apoio na implementação de cuidados de saúde prescritos pelo médico, designadamente na administração de medicamentos e eventual avaliação de tensão arterial;
- Orientação/accompanhamento nos contactos com o exterior/serviço à comunidade.

. Ao nível de recursos humanos, condições e qualidade de trabalho, destaca-se :

- O estabelecimento e sua manutenção, como medida prioritária, do plano que permita manter os postos de trabalho e continuar a assegurar as respostas de ordem social;
- A manutenção de todos os contratos de prestação de serviços em vigor, celebrados com várias e diferentes entidades;
- A procura, ainda que sem êxito, na captação de recursos;
- A prossecução da política adoptada em ordem a tentar a inscrição de mais associados.

4. Os resultados obtidos, que as demonstrações financeiras comprovam, atestam que são positivos, como se alcança do resultado líquido do período constante de páginas 5 de 26, suportado na demonstração dos resultados por natureza do período findo em 31 de Dezembro de 2023,

No entanto, como vem dito a páginas 15 de 26 do Relatório e Contas do exercício de 2023 elaborado pela Contabilidade,

“ Entre a data do fecho do balanço (31 de Dezembro de 2023) e a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras, ocorreram acontecimentos que justificaram em ajustamentos às demonstrações financeiras e divulgações no anexo, nomeadamente o furto/burla que a Instituição foi alvo praticado pela funcionária senhora Ana Paula Rosa Silva no montante de 69.477,02 euros, até à data de de 31 de Dezembro de 2023, continuando o processo de auditoria no princípio de apurar a verdade material do aludido furto ” (sic).

Donde, também vem dito na alínea c) do ponto 13 (Instrumentos financeiros) a páginas 16 de 26,

“ A perda por imparidade reconhecida em outras dívidas a receber, corresponde à dívida do furto/burla praticada pela funcionária senhora Ana Paula Rosa Silva, já denunciado junto das entidades competentes e que não é expectável a sua recuperação ” (sic).

De facto, lançando luz, a ex-empregada Ana Paula Rosa Silva – ela invocando motivos de ordem psicológica e pessoal, pediu a demissão com efeitos a partir de 25 de março de 2024 – praticou um acervo de atos ilícitos, decorrentes do facto de, de forma continuada e utilizando uma atuação engenhosa, ter furtado à Instituição, em proveito próprio e sério prejuízo da Instituição, significativas verbas em numerário.

Uma parte delas – as averiguações ainda prosseguem até ao termo do primeiro trimestre de 2024 – são referentes ao furto de significativas diferenças entre os valores entregues em numerário pela Responsável do Serviço de Apoio domiciliário decorrentes das participações dos Utentes e os valores pela ex-empregada lançados contabilisticamente e de que indevidamente se apropriou.

As quais motivaram já a apresentação de uma queixa - crime – uma segunda terá lugar dentro em breve – e que deu origem ao Proc.nº. 1173/24.2T9AMD, que corre os seus termos pela 1ª. secção do Diap da Amadora.

Uma segunda queixa, que contemplará todos os atos ilícitos por ela praticados relativamente às demais Valências da Instituição – que são muitos – terá lugar dentro em breve, sendo o patrocínio do processo assegurado, neste ato, pelo Presidente da Mesa, Senhor Dr. João Biscaia, Advogado, que, para o efeito e graciosamente, se ofereceu, e que a Instituição muito agradece.

CONTAS

As contas do exercício de 2020³ que as diversas peças processuais evidenciam, encontram-se espelhadas no balanço individual em 31 de Dezembro de 2023 e na demonstração individual dos resultados por natureza referentes ao período findo em 31 de Dezembro do mesmo ano.

Elas demonstram, em substância, e mesmo atentas as razões acima referidas, um resultado de exercício positivo.

PALAVRAS FINAIS

As actividades sumariadas espelham as informações que nos pareceram mais relevantes, acrescidas ainda do facto da Instituição não ter dívidas ao Estado em situação de mora, e que embora a situação perante a Segurança Social se encontrar em dívida de 60.932,35 €, a verdade é que está a ser regularizada em 12 prestações mensais até Novembro próximo, havendo constituído, como garantia, uma hipoteca voluntária sobre um prédio de que é proprietária

Daí que a administração do Centro de Bem Estar Social da Amadora expresse o seu agradecimento a todas as entidades, de modo especial à Segurança Social, que apoiaram os esforços desenvolvidos, contribuindo para os resultados que foi possível alcançar.

Igualmente expresse:

- *Aos empregados*, que a todos os níveis de responsabilização souberam compreender e participar com empenho e dedicação no esforço de fortalecimento da Instituição e qualidade dos serviços prestados;
- *Aos utentes (crianças e idosos)* - razão de ser da instituição – que continuam a demonstrar confiança no trabalho prestado e perante quem reafirma a intenção de, na medida do possível, ajudar a que continuem a lhes serem assegurados os serviços até ao momento prestados.;
- À Mesa da Assembleia e Conselho Fiscal, pela disponibilidade e apoio prestado;
- Diretora Técnica, Drª. Andreia Nunes e Fátima Vicente pela prestimosa colaboração dispensada;

- À Contabilidade, nas pessoas do Dr. Tomé Costa e Dr. Márcio, pela disponibilidade e colaboração prestada;

- Ao Tesoureiro, que, com brio, profissionalismo e alta noção da responsabilidade e afincada dedicação, tem prestado um papel da maior relevância, com prejuízo pessoal e não obstante a idade e falta de saúde, no processo de averiguações que prossegue e que iniciou há cerca de 2 meses.

Termos em que, com um voto unânime favorável desta direcção, acompanhado do parecer, também favorável do conselho fiscal, será submetido o Relatório e Contas de 2023 à apreciação e votação da assembleia geral.

A direcção

António Abreu Presidência

Dr.

Primo José Roberto da Silva

Amadora, 25 de Maio de 2024

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento do disposto na alínea b) do artigo 32º. dos Estatutos do Centro de Bem Estar Social da Amadora, vem o conselho fiscal emitir parecer sobre o Relatório e Contas referentes ao exercício de 2023, a submeter à assembleia geral.

No decurso desse exercício, acompanhou a actividade e funcionamento da Instituição, manteve contactos com a direcção com quem, a pedido desta, colaborou, deu sugestões e prestou todos os esclarecimentos que se mostraram necessários.

Procedeu à análise detalhada de todas as rubricas consubstanciadas no Relatório e Contas de 2023, tanto ao nível dos rendimentos como dos gastos, havendo sido vistos designadamente os fluxos de caixa, locações, custos dos empréstimos contraídos, ativos e passivos financeiros, decomposição dos ativos e passivos do Estado e outros entes públicos, bem como dos fornecimentos e serviços externos, rendimentos e ganhos, gastos e perdas, e subsídios à exploração.

Tomou conhecimento e constatou que os resultados obtidos, são positivos.

Conhecimento tomou, também, do facto de uma ex-empregada ter furtado, em proveito próprio e sério prejuízo da Instituição, significativas verbas em numerário e motivaram já, uma parte delas, uma queixa-crime que deu origem ao Procº. nº. 173/24.2T0AMD, que corre termos pela 1ª. secção do Doiap da Amadora.

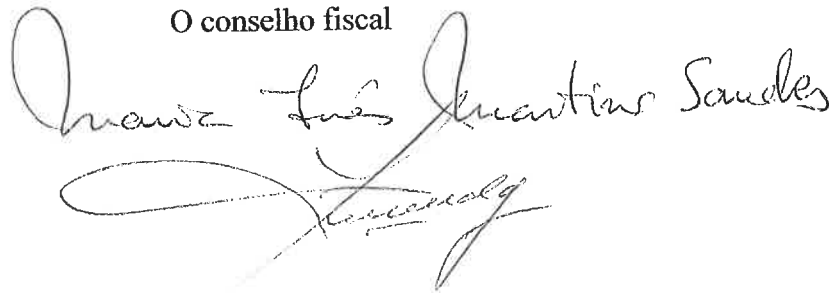
De realçar ainda é o facto de, até ao momento, terem sido liquidados os subsídios de férias e natal em atraso, restando metade do subsídio de natal de 2023, cujos encargos à Segurança Social estão a serem pagos em 12 prestações mensais.

E não restaram dúvidas, face aos esclarecimentos prestados pela direcção e documentos consultados, que o Relatório e Contas foi preparado a partir dos registos contabilísticos da Instituição e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulados pela legislação em vigor aplicável.

De assinalar, a este propósito, o facto de os corpos sociais trabalharem gratuitamente, sem cobrar despesas de representação; de a Instituição não ter dívidas ao Estado em situação de mora, e a que existe perante a Segurança Social, está, com acordo, a ser regularizada em 12 prestações mensais até Novembro próximo.

Em face do exposto, o conselho fiscal emite parecer favorável à aprovação do Relatório e Contas do Centro de Bem Estar Social da Amadora, referentes ao exercício de 2023.

O conselho fiscal



Amadora, 25 de Maio de 2024

Relatório e Contas 2023
CEBESA – Centro de Bem Estar Social da Amadora

Índice

Demonstrações financeiras:	3
Balanço em 31 de dezembro de 2023	4
Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2023	5
Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2023	6
Anexo	7
Informação Bancária, reconciliações bancárias, responsabilidades Banco de Portugal	22
Valências	23
Certidões não dívida	24
Balancetes	25

Demonstrações financeiras

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023CEBESA - CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DA AMADORA
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

UNIDADE MONETÁRIA: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/2023	31/dez/2022
ATIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 970 116,27	2 996 404,21
Outros ativos financeiros	7	10 397,45	10 303,61
Total ativo não corrente		2 980 513,72	3 006 707,82
Activo corrente			
Estado e outros entes públicos	16	0,00	2 142,45
Outros ativos correntes	13	3 132,22	3 833,42
Diferimentos	16	2 134,84	2 299,22
Caixa e depósitos bancários	4	78 596,41	72 362,97
Total ativo corrente		83 863,47	80 638,06
Total do ativo		3 064 377,19	3 087 345,88
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos	13	20 373,95	20 373,95
Resultados transitados	16	1 843 404,38	1 858 899,42
Outras variações nos fundos patrimoniais	16	700 914,76	708 973,82
Sub total		2 564 693,09	2 588 247,19
Resultado líquido do período		63 192,70	-20 675,29
Total dos Fundos Patrimoniais		2 627 885,79	2 567 571,90
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	13	138 894,79	163 483,12
Total passivo não corrente		138 894,79	163 483,12
Passivo corrente			
Estado e outros entes públicos	16	82 273,98	40 971,15
Financiamentos obtidos	13	24 588,33	23 636,16
Outros passivos correntes	13	190 734,30	291 683,55
Total passivo corrente		297 596,61	356 290,86
Total do passivo		436 491,40	519 773,98
Total dos Fundos Patrimoniais e do passivo		3 064 377,19	3 087 345,88

Contabilista Certificado


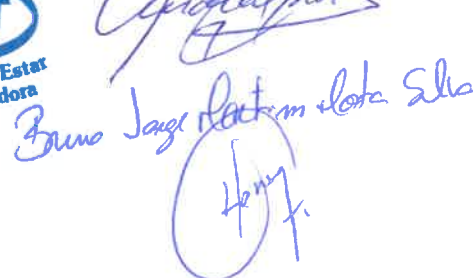
JOSE TOME DOS SANTOS COSTA

Inscrito na O.C.C. com o nº 53783



Direção




 Bruno Jorge Leal


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

CEBESA - CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DA AMADORA
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

UNIDADE MONETÁRIA: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	8	315 619,65	352 972,63
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1 070 338,33	880 481,44
Fornecimentos e serviços externos	16	-291 078,15	-258 679,47
Gastos com o pessoal	14	-953 570,58	-995 955,56
Imparidades de dívidas a receber	13	-69 477,02	0,00
Outros rendimentos	16	32 284,71	37 793,93
Outros gastos	16	-2 116,52	-2 332,21
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		102 000,42	14 280,76
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5,16	-26 842,94	-27 532,04
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		75 157,48	-13 251,28
Juros e gastos similares suportados	6	-11 964,78	-7 424,01
Resultado antes de impostos		63 192,70	-20 675,29
Resultado líquido do período		63 192,70	-20 675,29

Contabilista Certificado

JOSE TOME DOS SANTOS COSTA

Inscrito na OCC com o nº 53783



Direção






DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

CEBESA - CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DA AMADORA
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade monetária: euros

	Notas	Períodos	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		315 619,65	352 972,63
Pagamentos a fornecedores		-290 829,17	-259 184,92
Pagamentos ao pessoal		-1 012 597,13	-926 112,96
Caixa gerada pelas operações		-987 806,65	-832 325,25
Outros recebimentos/pagamentos		1 006 149,28	804 103,59
<i>Fluxos de caixa das actividades operacionais [1]</i>		18 342,63	-28 221,66
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-555,00	-563,75
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>			
<i>Fluxos de caixa das actividades de investimento [2]</i>		-555,00	-563,75
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			38 636,16
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Juros e gastos similares</i>		-11 964,78	-7 424,01
<i>Fluxos de caixa das actividades de financiamento [3]</i>		-11 964,78	31 212,15
Variações de caixa e seus equivalentes [1] + [2] + [3]		5 822,85	2 426,74
Efeitos das diferenças de câmbio		410,59	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		72 362,97	69 936,23
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	78 596,41	72 362,97

Contabilista Certificado

JOSE TOMÉ DOS SANTOS COSTA

Inscrito na OCC com o nº 53783

Direção

CEBESA
 Centro de Bem Estar Social da Amadora

Luís António Pereira
Luís António Pereira
Luís António Pereira

Luís António Pereira
Luís António Pereira
Luís António Pereira

Luís António Pereira
Luís António Pereira
Luís António Pereira



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INTRODUÇÃO

O anexo visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL).

As notas deste anexo seguem a ordem das NCRF-ESNL.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade: Cebesa – Centro de Bem Estar Social da Amadora

Sede: Largo Diogo Casais, n.º 2 B, Venteira, 2720-240 Amadora

Natureza da atividade: IPSS

Número de Contribuinte: 500849234

Todos os montantes expressos nestas notas são apresentados em euros.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referencial contabilístico adotado

Regime geral

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), previstas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio.

A partir de 1 de janeiro de 2016, data de entrada em vigor do Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, o SNC passou a ser regulado pelos seguintes diplomas:

- Portaria nº 220/2015, de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras)
- Portaria nº 218/2015, de 23 de julho (Código das contas)
- Aviso nº 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual)
- Aviso nº 8258/2015, de 29 de julho (Normas interpretativas)
- Aviso nº 8259/2015, de 29 de julho (Normas contabilísticas e de relato financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo).

Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

No período a que se reportam as demonstrações financeiras, não foram derogadas quaisquer disposições do Sistema de Normalização Contabilística.

Indicação e comentário das contas de balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias apresentadas para efeitos comparativos são comparáveis e estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais acima referidos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mensurados inicialmente pelo custo que corresponde ao preço de compra no momento da sua aquisição ou construção acrescido dos direitos de importação, dos impostos não reembolsáveis, dos custos necessários para o colocar em funcionamento e dos custos de desmantelamento e remoção relacionados com o bem, deduzidos dos descontos e abatimentos.

Subsequentemente a sociedade aplica o modelo do custo que corresponde ao seu custo de aquisição ou construção deduzido de depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são reconhecidos como gasto do período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Os ganhos ou perdas resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são, de uma forma geral, reconhecidos como gastos do período, de acordo com o regime do acréscimo, exceto aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos que exijam um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido.

A Empresa reconheceu como gastos do período todos os custos de empréstimos obtidos uma vez que não tem financiamentos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos.

A Empresa reconheceu como gastos na demonstração dos resultados os custos de empréstimos obtidos, uma vez que não tem ativos fixos tangíveis em curso aos quais poderia imputar parte desses custos de empréstimos obtidos.



Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou, ao valor de cotação.

Rédito

O rédito proveniente das vendas e da prestação de serviços é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber decorrente da atividade normal da sociedade. O rédito é reconhecido líquido do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), abatimentos e descontos comerciais.

A sociedade reconhece o rédito quando este possa ser razoavelmente mensurável, seja provável que a sociedade obtenha benefícios económicos futuros e quando os riscos sejam transferidos para o comprador. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas.

Os rendimentos são reconhecidos na data da entrega das mercadorias, ou na conclusão dos serviços prestados.

Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela entidade como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob controlo da empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Empresa. A Empresa não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a Empresa forem favoráveis. Quando a realização do rendimento for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e, subseqüentemente: (i) se respeitarem a ativos fixos tangíveis depreciables e ativos intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática a rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos de depreciação e amortização; (ii) se respeitarem a ativos fixos tangíveis não depreciables ou ativos intangíveis com vida útil indefinida, mantidos no capital próprio, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.



Os subsídios do Governo reembolsáveis são reconhecidos no passivo. No caso de estes subsídios passarem a não reembolsáveis, deverão passar a ter o tratamento referido acima.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos na demonstração dos resultados em função dos gastos suportados (método do custo nulo).

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento incluem o efeito dos impostos correntes e dos impostos diferidos. A sociedade é isenta do imposto corrente sobre o rendimento é somente calculado com base nas tributações autónomas.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos como rendimento ou gasto na demonstração dos resultados, exceto se o imposto provenha de uma transação ou acontecimento que seja reconhecido diretamente no capital próprio. Neste caso, o imposto corrente e diferido é reconhecido na mesma rubrica do capital próprio onde o item que lhe deu origem foi reconhecido.

Instrumentos financeiros

Créditos a receber e outros ativos correntes:

As dívidas de clientes ou de outras contas a receber são reconhecidos pelo custo. Apesar de não vencerem juros, o seu recebimento é, em regra, inferior a 12 meses, razão pela qual o efeito da aplicação do método do custo amortizado é imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade, correspondente à diferença entre a quantia escriturada e a quantia recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recuperável. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Fornecedores e outros passivos correntes:

As dívidas a fornecedores e outras contas a pagar estão mensuradas pelo seu valor nominal. Apesar de não vencerem juros, o seu pagamento é inferior a 12 meses, razão pela qual o efeito da aplicação do método do custo amortizado é imaterial.

Financiamentos obtidos:

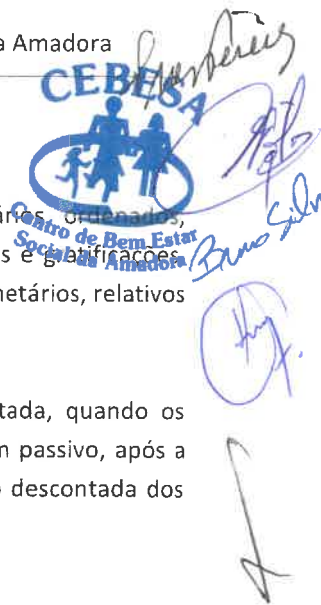
Os financiamentos obtidos pela entidade, com exceção da locação financeira, estão mensurados ao custo.

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio:

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Caixa e depósitos bancários:

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários, que incluem depósitos à ordem, a prazo e outros e que possam ser imediatamente mobilizáveis.



Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados incluem apenas benefícios de curto prazo, tais como salários, subsídios de férias e de Natal, contribuições para a segurança social, participação nos lucros e pagáveis dentro de doze meses do final do período e outros benefícios monetários ou não monetários, relativos aos empregados correntes.

Os benefícios dos empregados a curto prazo são reconhecidos pela quantia não descontada, quando os empregados tenham prestado serviço durante o período contabilístico, como um gasto e um passivo, após a dedução de qualquer quantia já paga. Contudo, se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, o excesso deve ser reconhecido como um ativo

Periodização económica

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são reconhecidas como acréscimos de rendimentos ou gastos nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e em “Diferimentos”.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras da sociedade. Os eventos após a data do balanço, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.3. Juízos de valor que gerência fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras, a sociedade baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- O cálculo da quantia recuperável das dívidas de clientes;
- Custos totais incorridos para reconhecimento do rendimento proveniente dos subsídios;
- Previsão dos ordenados e salários a pagar no próximo período para o cálculo dos encargos com férias;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.5. Principais fontes de incerteza

A presente nota faz referência aos principais pressupostos em relação ao futuro na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à mensuração dos ativos e passivos do próximo período financeiro.

Salienta-se o facto da continuidade do conflito (guerra) que envolve a Rússia e a Ucrânia. As perspetivas de curto prazo para a economia portuguesa deterioraram-se, refletindo as repercussões da invasão da Ucrânia. O impacto dos choques adversos que ocorreram ao longo do ano, conduziram a uma maior inflação e a um aumento das taxas de juros, com a consequente preda do poder de compra das famílias e instituições.

4. FLUXOS DE CAIXA

- a) Quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todos os saldos de caixa e de depósitos bancários estão disponíveis para serem utilizados não havendo qualquer restrição para a sua movimentação.

- b) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

	31/dez/23	31/dez/22
Caixa	2 061,96	7021,68
Depósitos à ordem	76 534,35	65 341,29
Outros depósitos bancários		
Total de caixa e depósitos bancários	78 596,31	72 362,97

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- a) As políticas contabilísticas adotadas pela sociedade referentes aos ativos fixos tangíveis estão devidamente enunciadas na nota 3 – Principais políticas contabilísticas.
- b) Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método da linha reta, através de uma depreciação sistemática durante a vida útil estimada para os ativos. As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifício e outras construções	50	2%
Equipamento básico	5,8.10	20%,12,50%,10%
Equipamento de transporte	4	25,00%
Equipamento administrativo	1,2,4	100%,50%,25%
Outros ativos fixos tangíveis	3,5,8	33,33%20%,12,5%

c) Os movimentos na rubrica ativos fixos tangíveis durante os períodos 2023 e 2022 são os que se seguem:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 2023

DESCRIÇÃO	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamentos de transporte	Equipamentos Administrativos	Outros AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial	2 075 712,00	1 289 150,32	174 762,44	71 001,39	91 983,09	20 195,47	3 722 804,71
Depreciações acumuladas iniciais	0,00	372 850,31	174 405,74	71 001,39	91 817,53	16 325,53	726 400,50
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia líquida escriturada inicial	2 075 712,00	916 300,01	356,70	0,00	165,56	3 869,94	2 996 404,21
Movimentos do período	0,00	-25 149,57	-178,35	0,00	-165,56	-794,46	-26 287,94
Total das adições	0,00	0,00	0,00	0,00	555,00	0,00	555,00
Aquisições em 1ª mão	0,00	0,00	0,00	0,00	555,00	0,00	555,00
Total das diminuições	0,00	25 149,57	178,35	0,00	720,56	794,46	26 842,94
Depreciações	0,00	25 149,57	178,35	0,00	720,56	794,46	26 842,94
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia líquida escriturada final	2 075 712,00	891 150,44	178,35	0,00	0,00	3 075,48	2 970 116,27

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 2022

DESCRIÇÃO	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamentos de transporte	Equipamentos Administrativos	Outros AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial	2 075 712,00	1 289 150,32	174 762,44	71 001,39	91 419,34	20 195,47	3 722 240,96
Depreciações acumuladas iniciais	0,00	347 020,37	174 762,44	71 001,39	91 088,24	15 531,07	699 403,51
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia líquida escriturada inicial	2 075 712,00	942 129,95	0,00	0,00	331,10	4 664,40	3 022 837,45
Movimentos do período	0,00	-25 829,94	0,00	0,00	-165,54	-794,46	-26 789,94
Total das adições	0,00	0,00	0,00	0,00	563,75	0,00	563,75
Aquisições em 1ª mão	0,00	0,00	0,00	0,00	563,75	0,00	563,75
Total das diminuições	0,00	25 829,94	0,00	0,00	729,29	794,46	27 353,69
Depreciações	0,00	25 829,94	0,00	0,00	729,29	794,46	27 353,69
Regularizações	0,00	356,70	0,00	0,00	0,00	0,00	356,70
Quantia líquida escriturada final	2 075 712,00	916 656,71	0,00	0,00	165,56	3 869,94	2 996 404,21

d) Outras divulgações:

Não ocorreram alienações em ativos fixos tangíveis.

6. CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

- a) As políticas contabilísticas adotadas pela entidade referentes aos custos de empréstimo obtidos estão devidamente enunciadas na nota 3 – Principais políticas contabilísticas.
- b) Os custos de empréstimos obtidos reconhecidos como gasto reconhecidos na demonstração dos resultados, líquidos dos juros de financiamentos obtidos e por tipo de financiamento, em 2023 e 2022, foram os seguintes:

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	2023	2022
Juros de financiamentos obtidos	11 964,78	7 424,01
Total	11 964,78	7 424,01



7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

- a) As políticas contabilísticas adotadas pela sociedade referentes aos outros ativos financeiros que compreendem, as participações em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos e a outros investimentos financeiros estão devidamente enunciados na nota 3 – Principais políticas contabilísticas.
- b) A informação financeira referente aos movimentos em outros ativos financeiros mensurados ao custo nos períodos de 2023 e 2022 resume-se da seguinte forma:

Descrição	Participação €
Fundo de Compensação do Trabalho a 31/dez/2022	10 303,61
Aumentos	650,25
Redução / Reembolsos	556,41
Fundo de Compensação do Trabalho a 31/dez/2023	10 397,45

Descrição	Participação €
Fundo de Compensação do Trabalho a 31/dez/2021	8 764,43
Aumentos	2 097,84
Redução / Reembolsos	558,66
Fundo de Compensação do Trabalho a 31/dez/2022	10 303,61

8. RÉDITO

- a) As políticas contabilísticas adotadas pela sociedade referentes ao rédito estão devidamente enunciadas na nota 3 – Principais políticas contabilísticas.
- b) A quantia de cada categoria de rédito reconhecida nos períodos de 2023 e 2022, foi a seguinte:

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS (Mercado nacional)	2023	2022
Quotas dos utilizadores	313 034,40	352 056,91
Quotizações e joias	579,90	911,39
Rendimentos patrocinadores e colaboradores	2 005,35	4,33
Total	315 619,65	352 972,63

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

À data de 31 de dezembro de 2023, a entidade não tem passivos contingentes e ativos contingentes suscetíveis de serem divulgados.

Não foram constituídas provisões.



10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

- a) As políticas contabilísticas adotadas pela sociedade referentes aos subsídios do Estado devidamente enunciadas na nota 3 – Principais políticas contabilísticas.
- b) Quantias reconhecidas como rendimentos:

Entidades	2023	2022
Câmara Municipal da Amadora	53 445,74	70 502,84
Retribuição mínima mensal garantida		616,00
ISS - IP Lisboa	865 923,39	776 271,91
ISS - Assistência a filhos (medidas COVID-19)		
ISS - Lay off (medidas COVID-19)		
Reembolso IRS	969,20	
Fundo de Socorro	150 000,00	32 062,73
Outros		1 027,96
Total	1 070 338,33	880 481,44

Os subsídios concedidos respeitam à atividade, dotando esta de capacidade financeira para dar resposta aos utentes no exercício da sua missão.

11. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

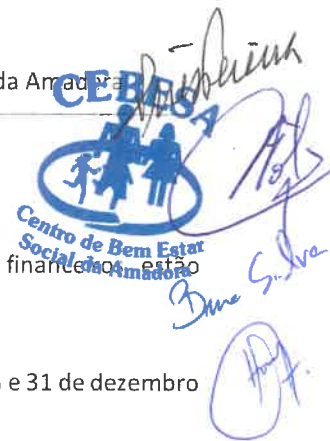
- a) Autorização para emissão:

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Direção em 27 de março de 2024.

Entre a data de fecho do balanço (31 de dezembro de 2023) e a data de autorização para a emissão das demonstrações financeira, ocorreram acontecimentos que justificaram em ajustamentos às demonstrações financeiras e divulgações no anexo, nomeadamente o furto / burla que a instituição foi alvo praticado pela funcionária senhora Ana Paula Rosa Silva no montante de 69.477,02 euros, até à data de 31 de dezembro de 2023, continuando o processo de auditoria no princípio de apurar a verdade material do aludido furto.

12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO:

- a) As políticas contabilísticas adotadas pela entidade referentes ao imposto sobre o rendimento estão devidamente enunciadas na nota 3 – Principais políticas contabilísticas.
- b) A entidade encontra-se isenta do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), na atividade relacionada com a prossecução dos seus objetivos associativos, por se tratar de uma entidade sem fins Lucrativos (IPSS).
- c) A entidade não desenvolveu qualquer atividade fora do âmbito da sua missão, que seja suscetível de tributação em sede de IRC.



13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- a) As políticas contabilísticas adotadas pela sociedade referentes aos instrumentos financeiros estão devidamente enunciadas na nota 3 – Principais políticas contabilísticas.
- b) A quantia escriturada dos ativos e passivos financeiros à data de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, repartidos por categorias são os seguintes:

Informação relativa a ativos e passivos financeiros

	31/dez/23	31/dez/22
Ativos financeiros:		
Outros ativos correntes	3 132,22	3 833,42
Total	3 132,22	3 833,42
Passivos financeiros:		
Financiamentos obtidos	163 483,12	187 119,28
Outros passivos correntes	190 734,30	291 683,55
Total	354 217,42	478 202,83

- c) A quantia escriturada dos ativos financeiros, à data de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é a seguinte:

	31/dez/23	31/dez/22
Decomposição saldo de outros ativos correntes:		
Adiantamentos a pessoal	1 913,40	2 070,00
Outras operações com o pessoal		113,43
Outras dividas a receber	70 695,84	1 649,99
Perdas por imparidade em outras dividas a receber	-69 477,02	
Total	3 132,22	3 833,42

A perda por imparidade reconhecida em outras dividas a receber, corresponde à dívida resultante do furto / burla praticada pela funcionária senhora Ana Paula Rosa Silva, já denunciado junto das entidades competentes e que não é espectável a sua recuperação.

- d) A quantia escriturada dos passivos financeiros, à data de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é a seguinte:

	31/dez/23	31/dez/22
Decomposição saldo dos financ. obtidos		
Empréstimos bancários		
Corrente	24 588,33	23 636,16
Não corrente	138 894,79	163 483,12
Total	163 483,12	187 119,28

	31/dez/23	31/dez/22
Decomposição saldo de outros passivos correntes		
Fornecedores de investimentos	16 829,72	16 829,72
Remunerações a liquidar	30 583,30	28 527,44
Outras operações com o pessoal	358,87	138,74
Encargos com férias a liquidar (com encargos ss)	125 916,56	184 327,05
Subsídio de Natal a Liquidar (com encargos ss)	16 330,96	61 108,12
Outros passivos correntes	714,89	752,48
Total	190 734,30	291 683,55

e) Instrumentos de capital próprio:

- Aumento e redução dos Fundos:

Fundos	Em 01/01	Aumento	Redução	Em 31/12
Fundos	20 373,95			20 373,95
Fundos realizados	20 373,95			20 373,95
Fundos l por realizar				0,00

- A assembleia geral ordinária, deliberou a seguinte aplicação do resultado líquido do período de 2022: Resultado líquido do período prejuízo de 20.675,29 euros, foi transferido na totalidade para resultados transitados.

14. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

- a) As políticas contabilísticas adotadas pela sociedade referentes aos benefícios dos empregados estão devidamente enunciadas na nota 3 – Principais políticas contabilísticas.
- b) Os benefícios de curto prazo reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados nos períodos de 2023 e 2022, foram os seguintes:

GASTOS COM O PESSOAL 2023

Descrição	Valor
Gastos com o pessoal	
Remuneração do pessoal	770 896,37
Encargos sobre remunerações	171 820,25
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	8 132,38
Outros gastos com pessoal:	2 721,58
Total	953 570,58

GASTOS COM O PESSOAL 2022

Descrição	Valor
Gastos com o pessoal	
Remuneração do pessoal	798 396,01
Encargos sobre remunerações	183 691,05
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	10 410,03
Gastos ação social	170,18
Outros gastos com pessoal:	3 288,29
Total	995 955,56



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Beno Silva' and 'Amf'.

O número médio de trabalhadores foram:

- 2023 – 68 trabalhadores
- 2022 – 76 trabalhadores

15. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- a) Situação tributária e contributiva.

Informa-se que a entidade não apresenta dívidas ao estado em situação de mora, e que a sua situação perante a Segurança Social se encontra em dívida no montante de 60.932,35 euros, a regularizar nos prazos legalmente estipulados ou acordados.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Não existem garantias prestadas à data de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

- b) Proposta da aplicação do resultado

A Direção, propõe que o resultado líquido do período 2023, no montante de lucro de 68 372,95 euros, transite na totalidade para a cobertura de prejuízos de períodos anteriores.

- c) Decomposição dos saldos com o Estado e outros entes públicos à data de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

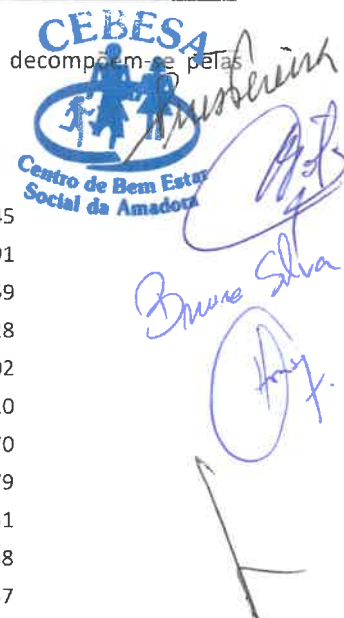
	2023	2022
Ativos		
IVA a reembolsar		2 142,45
Total		2 142,45
Passivos		
Retenção de imposto s/ o rendimento	3 233,50	3 917,00
Contribuições para a segurança social	78 266,95	35 968,37
Fundo de compensação dos trabalhadores	773,53	1 085,78
Total	82 273,98	40 971,15

- d) A decomposição das rubricas de diferimentos ativos e passivos à data de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, era a seguinte:

DIFERIMENTOS	2023	2022
Ativos		
Gastos a reconhecer		
Seguros	2 134,84	2 299,22
Total	2 134,84	2 299,22

- e) Os gastos com fornecimentos e serviços externos nos períodos de 2023 e 2022, decompõem-se pelas seguintes rubricas.

	2023	2022
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
Subcontratos	145 327,02	107 242,45
Trabalhos especializados	49 117,33	62 819,91
Publicidade e propaganda	11,96	40,59
Vigilância e segurança	1 576,34	1 445,28
Honorários	24,00	40,02
Conservação e reparação	15 172,78	5 433,10
Outros	727,20	755,70
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6 869,99	8 005,79
Material de escritório	5 390,09	4 373,51
Electricidade	12 155,87	16 224,58
Combustíveis	4 274,04	6 135,37
Água	7 959,74	6 023,39
Outros	8 719,51	5 852,00
Deslocações e estadas	37,50	80,05
Transporte de pessoal		10,83
Rendas e alugueres	6 742,12	6 019,41
Comunicação	8 699,59	9 149,87
Seguros	5 361,87	5 273,93
Contencioso e notariado	417,50	125,00
Limpeza, higiene e conforto	7 697,14	6 750,52
Outros serviços	4 796,56	6 878,17
Total	291 078,15	258 679,47

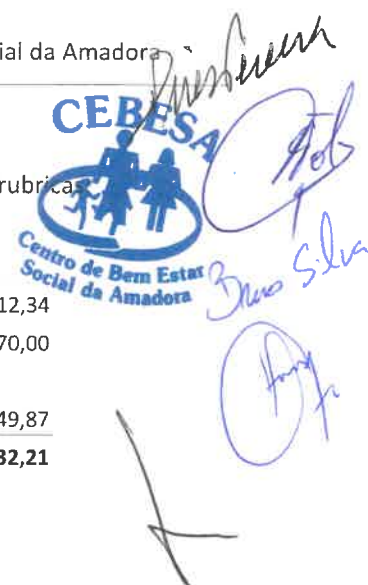


- f) Decomposição da imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões) por classes de ativos.

	2023	2022
GASTOS DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO		
Edifícios e outras construções	25 149,57	25 829,94
Equipamento básico	178,35	178,35
Equipamento administrativo	720,56	729,29
Outros activos fixos tangíveis	794,46	794,46
Total	26 842,94	27 532,04

- g) Os outros rendimentos e ganhos nos períodos de 2023 e 2022, decompõem-se pelas seguintes rubricas:

	2023	2022
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		
Correcções relativas a períodos anteriores	19 587,72	1,44
Imputação de subsídios para investimentos	8 059,06	30 919,20
Restituição de impostos (IVA)	4 227,34	6 873,29
Outros rendimentos	410,59	0,00
Total	32 284,71	37 793,93



h) Os outros gastos e perdas períodos de 2023 e 2022, decompõem-se pelas seguintes rubricas:

OUTROS GASTOS E PERDAS	2023	2022
Correcções relativas a períodos anteriores	646,61	1 412,34
Quotizações	370,00	370,00
Donativos	451,22	
Multas não fiscais	648,69	549,87
Total	2 116,52	2 332,21

Resultados transitados

2023					
Resultados transitados	em 01/01	Reforço	Utilização	Diminuições	em 31/12
Resultados não aplicados	1 858 899,42	5 180,25		-20 675,29	1 843 404,38
Correções a períodos anteriores		0,00			
Total	1 866 682,48	5 180,25			1 843 404,38

2022					
Resultados transitados	em 01/01	Reforço	Utilização	Diminuições	em 31/12
Resultados não aplicados	1 856 682,48	2 216,94			1 858 899,42
Correções a períodos anteriores		0,00			
Total	1 866 682,48	2 216,94			1 858 899,42

Os resultados transitados, são constituídos pelos resultados dos sucessivos períodos.

Outras variações dos fundos patrimoniais

2023					
Outras variações nos fundos patrimoniais	em 01/01	Reforço	Utilização	Diminuições	em 31/12
Subsídios ao investimento	708 973,82		8 059,06	0,00	700 914,76
Total	708 973,82			0,00	708 973,82

2022					
Resultados transitados	em 01/01	Reforço	Utilização	Diminuições	em 31/12
Resultados não aplicados	1 856 682,48	2 216,94			1 858 899,42
Correções a períodos anteriores		0,00			
Total	1 866 682,48	2 216,94			1 858 899,42

As outras variações dos fundos patrimoniais, respeitam a subsídios ao investimento. Esta rubrica é reforçada pela aquisição de itens do ativo fixo tangível e intangível, que são em parte ou no todo subsidiados. A utilização respeita ao reconhecimento em rendimento da quota-parte subsidiada das depreciações / Amortizações dos itens.

Handwritten signature

A Direção

António Alberto Antunes
Luís António
Dr. João António Lopes Silva
João



O Contabilista Certificado

José Tomé dos Santos Costa
(Membro da OCC nº 53783)

Handwritten signature of José Tomé dos Santos Costa

Informação Bancária

2
Alexandre

ATA Nº. 02//2024

As vinte e sete dias do mês de Maio do ano dois mil e vinte e quatro teve lugar a Assembleia Geral do Centro de Bem Estar Social da Amadora, pelas vinte e uma horas, na sede da Instituição localizada no Largo D. João Casais, nº 2-B, na freguesia da Ventosa, Concelho da Amadora para anunciar, discutir e aprovar o Relatório e Contas do exercício de 2023, que teve

- a seguinte Ordem de Trabalho:
1. Aprovação do Relatório e Contas de 2023;
 2. Outras matérias.

Aberta a sessão verificou-se o número de associados presentes, e a Mesa da Assembleia teve estado presente perante os associados em totalidade, sendo que doze participaram presencialmente e doze não fizeram e representaram por procuração, sendo que foi o ponto nº 1 da Ordem de Trabalho, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Direcção, que aproveitou para saudar e agradecer a presença dos associados, nomeadamente a Mesa, do Conselho Fiscal e da Direcção, bem como o Responsável da Contabilidade, que também estava presente, Senhor D. Tomé Costa. Presentes estiveram também, vários trabalhadores que assistiram mas não assinaram.

O livro de posições porque uns, embora associa-
do, não tinham as quotas devidas; outros, porque
meu associado era eu.

Ainda assim a Mesa da Assembleia autorizou
a presença de todos, sem a oposição de ninguém.
De seguida, o Senhor Presidente da Direcção, com
base no Relatório que esta apresentou e subscreveu,
passou em revista as reuniões e vida interna da
Instituição, actividades desenvolvidas ao nível da infân-
cia e da terceira idade, dos recursos humanos, condi-
ções e qualidade de trabalho prestado aos doentes, que
se encontravam desentus, todas elas a páginas dois,
três e quatro do Relatório que a Direcção apresentou.
No discurso da sua intervenção aludiu à neces-
sidade, atendendo à avançada idade e falta de
saúde da maioria dos membros de Direcção que pro-
ceder à sua substituição, tanto mais, disse,
que o próprio Vice-Presidente, Luis Filipe de Paiva,
estava internado várias semanas no Hospital For-
nando de Fonseca, na Amadora. Mais disse, acres-
centando, que não estão presentes, ao nível do
que, ao longo do ano recente, porque se en-
contra acamado, com acentuadas limitações
ao nível dos membros inferiores, e a quem a

2



própria Instituição está a prestar apoio ao nível de Serviço do seu Apoio Doméstico. —
Porque, cada uma das razões, e todas em conjunto, recomendam, e com a influência possível, a substituição do membro de Direção.

Porque a Instituição é viável, desde, e desempenhada, com o papel da maior relevância social há dezesseis de anos, há que lhe dar continuidade.

Para tanto, continuem, nessa continuidade, se devem, em conjunto, também, os Trabalhadores, uma vez que todavia, desde que não estivessem em condições e não fossem o Presidente do Conselho Fiscal, integrar o Corpo Social. Exemplificando mesmo que, segundo a lei e o Estatuto, no total, podiam integrar o Corpo Social, 5 (cinco) Trabalhadores: um na mesa de Assembleia Geral; outro no Conselho Fiscal; e dois na Direção.

De seguida, segue o Resultado líquido do período, atendendo ao aumento de receitas e despesas como de despesas, se apresentaria positivo em 68.372,95€.

Atende, também, ao facto de a Instituição não ter dívidas ao Estado em situação de mora.

Mas disse que, embora se encontrasse em di'vida
 à sequencia found o valor de 60.932,35 €, a
 verdade é que, mediante acordo estabelecido,
 se encontrava a ser paga em 12 prestações
 mensais, a netim de suas l'enzas no
 próximo mês de Novembro.

Ainda assim, e ao mesmo tempo, aproveitou
 por acudir à prática pela ex-empregada Ana
 Paula Assis de gravar ato ilícito consistente
 no furto, em prejuizo próprio e serio prejuizo
 da Justiça de elevados valores em numerário.

Os quais atingiram — as averiguações a cargo
 do Tesoureiro, Senhor José Firme Amal Mota,
 ainda prosseguem até ao 1º trimestre de 2024 —
 o elevado valor de 69.477,02 €.

Nessas averiguações teve, disse, um papel a favor
 o título not'ral, vinculado há cerca de dois
 meses.

O papel esse que também foi reconhecido pelo Revisor
 Oficial de Contas, Contabilista de Justiça, Sr.
 Senhor Sr. Jorge Costa. E que, a pedido da
 Associação da Direcção, foram comprovando,
 aprofundando a mesma e acedendo de novo a assinar
 da mesma esclarecimento sobre o Relatório

7



e contas do exercício de 2023.

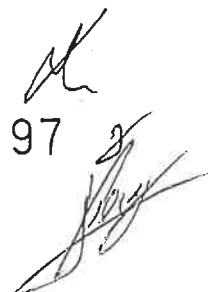
Alcázar disse, na senda dos esclarecimentos de ordem contabilística prestada e recuado escrito a páginas 15 de 26 do Relatório e Contas do Exercício de

2023 elaborado pela Contabilidade, o seguinte:

" Contra a data do fecho do balanço (31 de Dezembro de 2023) e a data de autorização para a emissão dos demonstrativos financeiros, ocorreram acontecimentos que justificaram em injustamento os demonstrativos financeiros e divulgações no anexo, nomeadamente o furto/burla que a Instituição foi alvo praticada pela funcionária Ana Paula Rosa Silva no montante de 69.477,02 euros, até à data de 31 de Dezembro de 2023, continuando o processo de auditoria no princípio de apurar a verdade material do aludido furto" (sic).

Tendo, também, sido dito na cláusula do ponto 13 (Instrumentos financeiros) a páginas 16 de 26, que aqui se reproduz:

" A perda por impendidos reconhecida em outros dividendos a receber, corresponde à dívida do furto/burla praticada pela funcionária senhora Ana Paula Rosa Silva, já mencionada

97 

junto da empresa da Comptus e por não se esperar
vel a sua recuperação, (sic).
na linha dos esclarecimentos contabilísticos por
Azer, o senhor Presidente da Direcção, com o pro-
posito de lamençar e atenuar a injunção
sobre este assunto disse por a ex. empregada
Ana Paula Rosa Silva, através de um e-mail
que lhe endereçou iria, e não cumprira, após
lê-lo falado com o filho, desistir à Instituição
o dinheiro em numerário furtado.
A qual, invocando motivo de ordem psicológica
e pessoal, pediu a demissão a partir de 25 de
março de 2024.

A qual praticou, disse o Presidente da Direcção,
um acervo de atos ilícitos, decorrente do
facto de, de forma continuada e utilizando um
cunhas e senhas, ter furtado à Instituição,
em proveito próprio e sério prejuizo da Ins-
tituição, significativas verbas em numerário.
Deu parte delas - em cunhas e senhas - e
perseguir até ao termo do primeiro trimestre
de 2024 - são referidos ao facto de signifi-
cativas diferenças em numerário pela Respon-
sável do Serviço de Apoio Doméstico de 2024.

2
J. J.

rentes das compensações do Alentejo e os
votos pela ex. empregada, lamenada contabilmente
ticamente e de que evidentemente se apropriou.
As suas motivações são a apresentação de uma
queixa - como - uma segunda terá lugar dentro
em breve - e que deu origem ao Proc. n.º 1173/24.27
9 AMD, que corre os seus termos pela 1.ª Secção do
Trib. de Orléans.

Uma segunda queixa, que contém todos os
atos ilícitos por ela justificadas relativamente
as deudas saldaes da Justiça - que são
muito, disse - terá lugar dentro em breve,
sendo o procedimento de processo assegurado,
nesta parte, pelo Presidente de Mesa, Sr. Sr. João
Boscaix, advogado, que, para o efeito e fructuosamente,
se oferece, e que a Justiça dará muita ajuda.

Por ultimo, o Presidente da Direcção agradece
por sua expressa e fructuosamente a todos os
empregados, de modo especial a Srs. Srs.
Srs., que apoiaram o esforço despendido
voto, contribuindo para o resultado por ser
positivo atingido, nelles incluídos: o sr. Sr.
João, Cospa Souto, e Sr. Andreu Nunes +
Fátima Vicente, assim como a Contabilidade, etc.

Presença de Sr. Jomir Costa e Sr. Márcio. —
 Por último, o Senhor Presidente da Mesa
 submeteu a votação o Relatório e Contas da
 execução de 2023, bem como o Parecer do
 Conselho Fiscal que foram, ambos, por uma
 maioria aprovados por todos os associados
 presentes e representados.
 A noite mais passada a tratar, foi encerrada
 a reunião, dela se elaborando a ATA que vai
 ser assinada.

O Presidente da Mesa,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,

Assinatura

